

DECRETO



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE FREI PAULO
Gabinete da Presidência

DECRETO Nº 11/2024 DE 16 DE MAIO DE 2024

Regulamenta a Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) no âmbito da Câmara Municipal de Frei Paulo, Estado de Sergipe.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FREI PAULO, Estado de Sergipe, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei ainda no Regimento desta Casa.

CONSIDERANDO a entrada em vigor da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de dados Pessoais (LGPD), bem como a crescente utilização da Internet e de modelos digitais estruturados para acesso e processamento de dados disponibilizados pelos órgãos do Poder Judiciário;

CONSIDERANDO a necessidade de proteção da privacidade e dos dados pessoais dos titulares nos atos processuais e administrativos, garantia decorrente do inciso X do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil;

DECRETA:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Proteção de Dados Pessoais, conjunto de normas, diretrizes e ações para que seja desenvolvida e integrada a Lei Nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), no âmbito desta Câmara Municipal de Frei Paulo/SE.

Parágrafo único: A política instituída deverá em conformidade com a Lei Federal, observar a boa-fé e os seguintes princípios:

I - Finalidade: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;

II - adequação: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;

PRAÇA CAPITÃO JOÃO TAVARES, 292 – CENTRO – CEP: 49.514-000 – FREI PAULO - SERGIPE
FONE/FAX (0xx79) 3447-1324 – camaradeversadoresfp@camaradefreipaulo.se.gov.br
CNPJ/MF nº 16.451.718.0001-34

Esta edição encontra-se no site: <http://www.municipioonline.com.br/se/prefeitura/freipaulo>

DECRETO



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE FREI PAULO
Gabinete da Presidência

III - necessidade: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;

IV - livre acesso: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;

V - qualidade dos dados: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;

VI - transparência: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;

VII - segurança: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

VIII - prevenção: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;

IX - não discriminação: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;

X - responsabilização e prestação de contas: demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

Art. 2º Para os fins desta Decreto, considera-se:

I - dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;

II - dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;

III - dado anonimizado: dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento;

IV - banco de dados: conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico;

Esta edição encontra-se no site: <http://www.municipionline.com.br/se/prefeitura/freipaulo>

DECRETO



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE FREI PAULO
Gabinete da Presidência

V - titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;

VI – controlador de dados: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a que competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;

VII – operador de dados: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;

VIII – encarregado de dados: pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

IX - agentes de tratamento: o controlador de dados e o operador de dados;

X - tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;

XI - anonimização: utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo;

XII - consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada;

XIII - bloqueio: suspensão temporária de qualquer operação de tratamento, mediante guarda do dado pessoal ou do banco de dados;

XIV - eliminação: exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado;

XV - Transferência internacional de dados: transferência de dados pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro;

XVI - uso compartilhado de dados: comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados;

XVII - relatório de impacto à proteção de dados pessoais: documentação do controlador de dados que contém a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais

Esta edição encontra-se no site: <http://www.municipioonline.com.br/se/prefeitura/freipaulo>

DECRETO

ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE FREI PAULO
Gabinete da Presidência

que podem gerar riscos as liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco;

XVIII - órgão de pesquisa: órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter histórico, científico, tecnológico ou estatístico;

XIX - autoridade municipal: órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento deste Decreto em todo o território municipal.

Art. 3º São diretrizes da Política Municipal De Proteção de Dados:

I - As regras de boas práticas e governança estabelecidas pelo controlador de dados e o operador de dados levarão em consideração, em relação ao tratamento e aos dados, a natureza, o escopo, a finalidade e a probabilidade e a gravidade dos riscos e dos benefícios decorrentes de tratamento de dados do titular.

II - O atendimento simplificado das demandas dos usuários.

III - O alinhamento e o equilíbrio com a promoção da transparência pública.

CAPÍTULO II DAS RESPONSABILIDADES

Art. 4º A Câmara Municipal de Frei Paulo/SE, nos termos da Lei federal nº 13.709/18, deve realizar e manter continuamente atualizados:

I - o mapeamento dos dados pessoais existentes e dos fluxos de dados pessoais nesta unidade;

II - análise de risco;

III - o relatório de impacto e proteção dos dados pessoais, quando solicitado;

IV - o plano de adequação.

Art. 5º será a Câmara Municipal de Frei Paulo/SE a controladora de dados, e deverá:

I - manter registro das operações de tratamento de dados pessoais;

II - elaborar relatório de impacto na protegido de dados pessoais, inclusive de dados sensíveis, relativo ao tratamento de dados;

III - orientar os operadores quanto aos tratamentos de dados pessoais segundo instruções internas, a legislação e as regulamentações da ANPD.

Art. 6º - O Encarregado de Dados é responsável por:

PRAÇA CAPITÃO JOÃO TAVARES, 292 - CENTRO - CEP: 49.514-000 - FREI PAULO - SERGIPE
FONE/FAX (0xx79) 3447-1324 - camaradevereadoresfp@camaradefreipaulo.se.gov.br
CNPJ/MF nº 16.461.718.0001-34

Esta edição encontra-se no site: <http://www.municipioonline.com.br/se/prefeitura/freipaulo>

DECRETO



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE FREI PAULO
Gabinete da Presidência

I- receber as reclamações e comunicações dos titulares, respondê-las e adotar providências;

I - receber as comunicações da ANPD e a dotar as providências necessárias;

II - orientar todos os colaboradores do Poder Legislativo de Frei Paulo/SE sobre as práticas a serem adotadas em relação a proteção de dados pessoais;

IV - executar outras atribuições determinadas pelo controlador ou estabelecidas em normas complementares da ANPD.

Art. 7º - Os Operadores de Dados são os servidores do Poder Legislativo de Frei Paulo/SE e os prestadores de serviços contratados que realizam o tratamento de dados pessoais em nome e por ordem do controlador de dados.

Art. 8º. Os servidores e demais colaboradores vinculados ao Poder Legislativo de Frei Paulo/SE são responsáveis por:

I - ler e cumprir de forma integral os termos dessa portaria, e das demais normas e procedimentos de proteção de dados aplicáveis.

II- comunicar ao encarregado de dados qualquer tipo de evento que viole esta portaria ou coloque em risco os dados pessoais tratados por essa casa legislativa.

III - responder no âmbito do Poder Legislativo do Município de Frei Paulo/SE, pela inobservância da política instituída, nesta portaria e nas demais normas e procedimentos legais ou regulatórios relacionados ao tratamento de dados pessoais.

Art. 9º - O descumprimento das normas e dos procedimentos legais deste Decreto, da legislação Federal de Proteção de Dados Pessoais, poderá acarretar, de forma isolada ou cumulada, a aplicação de sanções administrativas, pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados — ANPD.

Art. 10 - Poderá ser instituído Comitê Gestor de Proteção de dados Pessoais — CGPDP — que deverá ter as seguintes atribuições:

I - Avaliar os mecanismos existentes de tratamento e proteção de dados pessoais, propor estratégias, metas e políticas para a conformidade desta Casa legislativa com os dispostos na Lei nº 13.709/18;

II - Supervisionar a execução dos projetos e ações aprovados com o intuito de dar viabilidade a implantação das diretrizes da Lei Federal.

III - intercambiar as informações com outros órgãos, com o objetivo de cumprir as obrigações de regulamentação.

CAPÍTULO III

PRAÇA CAPITÃO JOÃO TAVARES, 292 – CENTRO – CEP: 49.514-000 – FREI PAULO - SERGIPE
FONE/FAX (0xx79) 3447-1324 – camaradevereadores@camaradefreipaulo.se.gov.br
CNPJ/MF nº 16.451.718.0001-34

Esta edição encontra-se no site: <http://www.municipionline.com.br/se/prefeitura/freipaulo>

DECRETO

ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE FREI PAULO
Gabinete da Presidência

DO TRATAMENTO DE DADOS

Art. 11 - O tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

I - quando o titular ou seu responsável legal consentir, de forma específica e destacada, para finalidades específicas;

II - sem fornecimento de consentimento do titular, nas hipóteses em que for indispensável para:

- a) cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador de dados;
- b) tratamento compartilhado de dados necessários à execução, pela administração pública, de políticas públicas previstas em leis ou regulamentos;
- c) realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais sensíveis;
- d) exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo e arbitral, este último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem);
- e) proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiros;
- f) garantia da prevenção à fraude e segurança do titular, nos processos de identificação e autenticação de cadastro em sistemas eletrônicos, resguardados os direitos mencionados no art. 9º desta Lei e exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.

§ 1º Aplica-se o disposto neste artigo a qualquer tratamento de dados pessoais que revele dados pessoais sensíveis e que possa causar dano ao titular, ressalvado o disposto em legislação específica.

§ 2º Nos casos de aplicação do disposto nas alíneas “a” e “b” do inciso II do caput deste artigo, será dada publicidade à referida dispensa de consentimento.

Art. 12 - Os dados anonimizados não serão considerados dados pessoais para os fins deste Decreto, salvo quando o processo de anonimização ao qual foram submetidos for revertido, utilizando exclusivamente meios próprios, ou quando, com esforços razoáveis, puder ser revertido.

§ 1º A determinação do que seja razoável deve levar em consideração fatores objetivos, tais como custo e tempo necessários para reverter o processo de anonimização, de acordo com as tecnologias disponíveis, e a utilização exclusiva de meios próprios.

PRAÇA CAPITÃO JOÃO TAVARES, 292 - CENTRO - CEP: 49.514-000 - FREI PAULO - SERGIPE
FONE/FAX (0xx79) 3447-1324 - camaradevedeadoresfp@camaradefreipaulo.se.gov.br
CNPJ/MF nº 16.451.718.0001-34

Esta edição encontra-se no site: <http://www.municipioonline.com.br/se/prefeitura/freipaulo>

DECRETO

ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE FREI PAULO
Gabinete da Presidência

§ 2º Poderão ser igualmente considerados como dados pessoais, para os fins deste Decreto, aqueles utilizados para formação do perfil comportamental de determinada pessoa natural, se identificada.

Art. 13. O tratamento de dados pessoais de crianças e de adolescentes deverão ser realizados em seu melhor interesse, nos termos deste artigo e da legislação pertinente.

§ 1º O tratamento de dados pessoais de crianças deverá ser realizado com o consentimento específico e em destaque dado por pelo menos um dos pais ou pelo responsável legal.

§ 2º No tratamento de dados de que trata o § 1º deste artigo, os controladores de dados deverão manter pública a informação sobre os tipos de dados coletados, a forma de sua utilização e os procedimentos para o exercício dos direitos a que se refere o art. 18 desta Lei.

§ 3º Poderão ser coletados dados pessoais de crianças sem o consentimento a que se refere o § 12 deste artigo quando a coleta for necessária para contatar os pais ou o responsável legal, utilizados uma única vez e sem armazenamento, ou para sua proteção, e em nenhum caso poderão ser repassados a terceiro sem o consentimento de que trata o § 1º deste artigo.

§ 4º As informações sobre o tratamento de dados referidas neste artigo deverão ser fornecidas de maneira simples, clara e acessível, consideradas as características físico-motoras, perceptivas, sensoriais, intelectuais e mentais do usuário, com uso de recursos audiovisuais quando adequado, de forma a proporcionar a informação necessária aos pais ou ao responsável legal e adequada ao entendimento da criança.

Art. 14 - O término do tratamento de dados pessoais ocorrerá nas seguintes hipóteses:

I - verificação de que a finalidade foi alcançada ou de que os dados deixaram de ser necessários ou pertinentes ao alcance da finalidade específica almejada;

II - fim do período de tratamento;

III - comunicação do titular, inclusive no exercício de seu direito de revogação do consentimento conforme disposto no § 5º do art. §2 deste Decreto, resguardado o interesse público; ou

IV - determinação da autoridade nacional, quando houver violação ao disposto neste decreto.

Art. 15 - Os dados pessoais serão eliminados após o término de seu tratamento, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, autorizadas a conservados para as seguintes finalidades:

Esta edição encontra-se no site: <http://www.municipioonline.com.br/se/prefeitura/freipaulo>

DECRETO



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE FREI PAULO
Gabinete da Presidência

- I - cumprimento de obrigações legais ou regulatória pelo controlador de dados;
- II - uso exclusivo do controlador de dados, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados.

CAPÍTULO IV DO ATENDIMENTO AO TITULAR

Art. 16 - o atendimento ao titular do dado, será prestado de forma presencial, na sede desta Casa Legislativa, ou de forma eletrônica pelos meios públicos de comunicação.

Art. 17 - o atendimento ao titular, deverá ser prestado desde que haja a conferência de documento oficial.

§ 1º - Quando o titular for incapaz, o atendente deve conferir a Certidão de Nascimento do titular e o Documento de Identidade de um dos pais ou responsáveis legais.

§ 2º - O atendimento presencial ao procurador ou curador somente será aceito através do instrumento de outorga.

Art. 18 – esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação oficial.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FREI PAULO, ESTADO DE SERGIPE, 16 DE MAIO DE 2024.

ANTÔNIO FERNANDES DE ANDRADE JÚNIOR
PRESIDENTE